

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O objeto deste termo é Contratação de Pessoa Física e/ou Jurídica, para prestação de **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA**, a serem prestados por advogado, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de prestar assessoria jurídica nos processos administrativos, éticos e judiciais do CRESS/AC-26ª Região/Acre, podendo os serviços ser prestados nas dependências do CRESS/AC, quando necessário, ou no escritório da Contratada, tudo em conformidade com as condições deste termo de referência;

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 O Conselho Regional de Serviço Social do Acre – 26ª Região/AC, não possui em seu quadro efetivo de pessoal, profissional especializado para prestar os serviços, objeto deste termo;

2.1 Compete à Administração do CRESS 26ª Região prover o atendimento de suas atividades administrativas e judiciais, além de outros aspectos como a elaboração de pareceres jurídicos, participação de reuniões plenárias e/ou comissões quando solicitado assessoramento da Presidência, da Comissão Permanente de Licitação, bem como a representação judicial e extrajudicial do CRESS/AC, pareceres de processos judiciais e administrativos em que o CRESS/AC vier a ser parte;

2.2 O serviço a ser contratado possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos do disposto na **Lei 10.520/2002**;

2.3 Quanto aos Serviços de Natureza Contínua:

2.3.1 A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em disposto ao art. 57, inciso II, estabelece sobre a prestação de serviços a serem executados de forma contínua. O **serviço de natureza contínua** se faz necessário ao desempenho das atribuições, a satisfação, a permanência e abrangência dos serviços destinados a atenderem a necessidade pública permanente;

2.3.2 Pois serviços continuados são aqueles serviços auxiliares, necessários a Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro (IN/Mare nº 18, de 22/12/1997). Em adição, o Acórdão do TCU nº 132/2008, 2ª Câmara considera que o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integralidade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional;

2.3.3 Diante do exposto, conclui-se que são contínuos os contratos de prestação de serviços àquelas atribuições, e que se interrompidos podem comprometer a continuidade de suas atividades. Diante disto, é imprescindível afirmar que os serviços objeto deste termo, são necessários às atividades do CRESS/AC, tendo em vista que o mesmo não possui em seu quadro efetivo, profissional capacitado para o serviço objeto.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA LICITAÇÃO

3.1 A Lei nº 8.666/93, transcreve, como exceção à regra geral do processo licitatório, hipótese de dispensa e inexigibilidade de licitação, considerado as devidas justificativas e restrições, ao teor dos artigos 17, 24 e 25 da Lei de Licitações e Contratos.

Assim, usando o embasamento também da Lei nº 14.039/2020 faz-se necessário que o prestador de serviços técnicos e singulares, comprove sua notória especialização, através de portfólios de trabalhos realizados, atestados de capacidade técnica etc.

A Lei nº 14.039/2020 - Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade. Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei. Parágrafo único. Considera-se notória especialização profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. Em face do exposto justifica a este Conselho proceder com a abertura de procedimento licitatório, favorecendo assim a forma de atendimento das necessidades frequentes e de rotina.

4. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.1 A Contratada deverá atender fiel e diligentemente os interesses da CONTRATANTE para a satisfatória execução dos serviços objeto deste termo de referência;

4.2 Coordenação, orientação e/ou desenvolvimento de trabalhos técnicos dentro de sua área de competência;

- 4.3. Realizar estudos e atividades especializadas ligados à atividade fim do CRESS/AC diretamente relacionados à prestação de assessoria jurídica, sugerindo medidas visando um bom andamento processual dos atos praticados pelo CRESS/AC;
- 4.4. Orientar todas as áreas do Conselho em questões relacionadas com a área jurídica, sempre que solicitado, visando garantir que as decisões e procedimentos adotados estejam dentro da lei;
- 4.5. Participar, quando convocado, de Reuniões Plenária, da Diretoria e das comissões, para prestar esclarecimentos relacionados às matérias pertinentes ao objeto deste termo;
- 4.6 Assessorar a Comissão Permanente de Licitação em assuntos referentes à área de Licitações e Contratos Administrativos;
- 4.7. Assessorar, ainda, o Presidente, os membros da Diretoria e Conselheiros, nos assuntos pertinentes ao Conselho, sempre que for devidamente solicitado;
- 4.8 Propor à Presidência do Conselho as medidas necessárias à execução dos serviços de advocacia;
- 4.9. Atender todos os prazos estipulados pelo CRESS/AC referente a resoluções e procedimentos na área de atuação;
- 4.10. Analisar e atuar em processos administrativos e éticos, emitindo pareceres;
- 4.11. Administrar o contencioso do Conselho, em todas as instâncias, acompanhando os processos administrativos e judiciais, preparando ações, recursos, impetrando mandados de segurança ou tomando as providências necessárias para garantir os direitos do CRESS/AC do Conjunto CFESS/CRESS, formados pelo Conselho Federal de Serviços Social e pelos Regionais, que tem como uma das atribuições orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do (a) assistente social no Brasil em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social;
- 4.12. Promover e acompanhar a Execução Fiscal da Dívida Ativa.
- 4.13. Outras atribuições não especificadas, que podem ser solicitadas, e que fazem parte da área jurídica.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos **até o limite de 60 (sessenta) meses**, desde que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, e que ocorra através de termos aditivos, tudo em conformidade com o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993;
- 5.2 O prazo a que se refere o parágrafo anterior poderá, *excepcionalmente*, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade superior, ser prorrogado por mais 12(doze) meses, na forma estabelecida no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

6 PRAZO DE INÍCIO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 Os serviços deverão ser iniciados na data constante na Ordem de Serviço / Autorização emitida pela Presidência deste Conselho;

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 26ª REGIÃO-AC

6.2 Os serviços terão a supervisão e acompanhamento da Presidência deste Conselho em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação;

6.3 A empresa, quando da assinatura do contrato, deverá indicar seu profissional (advogado), o qual deverá ser residente na cidade de Rio Branco – Acre, onde os serviços deverão ser executados;

6.4 Os serviços serão prestados nas dependências da Contratada, e sempre que necessário, e quando convocado, o profissional Advogado, se fará presente nas dependências do CRESS/AC, situado à Rua Conquista nº 460, Bairro Geraldo Fleming, Rio Branco-Acre, CEP 69918-846.

7 DA PROPOSTA

7.1 **O CRESS/ACRE pagará o valor máximo mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo o valor máximo anual de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);**

7.2 Serão desclassificadas as propostas com valores superiores ao máximo acima, pois fere a capacidade orçamentária do CRESS/ACRE;

7.3 Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante o prazo de 01(um) ano da data da proposta;

7.4 Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de salários e encargos de seus empregados envolvidos diretamente na execução dos serviços, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão da execução dos serviços, não cabendo ao CRESS/AC, quaisquer outros custos adicionais.

8 DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O valor global do contrato é de R\$ _____ (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo o valor mensal de R\$ _____ (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx);

8.2 Os serviços serão pagos mensalmente, em conformidade aos serviços efetivamente prestados, através de crédito em conta corrente ou transferência bancária ao CONTRATADO, em nome do CONTRATADO, podendo o CONTRATADO sofrer descontos por motivos de faltas injustificadas.

8.3 Em caso de prorrogação, o preço será reajustado anualmente, com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, se solicitado previamente pela CONTRATADA, antes do término do contrato inicial;

8.4 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, constituído assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

8.5 A CONTRATADA deverá apresentar no Setor Administrativo do CRESS/AC a Nota Fiscal ou Fatura, devendo o pagamento ser efetuado pela Contratante no prazo de até 10(dez) dias contados do recebimento e atesto da nota fiscal e mediante apresentação das certidões e atestada pelo servidor responsável do CRESS/AC, juntamente com os documentos de regularidade fiscal e trabalhista;

8.5 Será efetuado por este CRESS/AC a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

8.6 A retenção dos tributos não será efetuada caso a CONTRATADA apresente juntamente com a Nota Fiscal a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

8.7 Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e FGTS e contribuições federais, apresentados em atendimento às exigências da habilitação, estiverem com a validade expirada, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação regular sob pena de o pagamento ficar retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade;

8.8 A CONTRATANTE descontará dos pagamentos eventualmente devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outros encargos de responsabilidade da CONTRATADA;

8.9 Todos os impostos, taxas, contribuições, encargos sociais incidentes sobre a execução dos serviços correrão por conta da CONTRATADA;

8.10 A nota fiscal deverá ser preenchida em nome do CRESS/AC – Conselho Regional de Serviço Social – 26ª Região/AC, com sede na _____ Rio Branco-Acre, CEP _____, CNPJ nº _____, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Empenho, nº do Pregão e nº do Contrato;

8.11 Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega ao fiscal do contrato ou no protocolo da CONTRATANTE;

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 O crédito respectivo ocorrerá à conta da dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.003 - Serviços Advocatícios.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa prestar os serviços dentro das especificações recomendadas;

10.2 Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no prazo estipulado, após devidamente atestadas pelo setor competente;

10.3 A CONTRATANTE deverá, a seu critério, e através de Servidor do Conselho ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

- 10.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato.
- 10.5 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 10.6 Prover o local e equipamentos para a realização e bom desempenho do treinamento;
- 10.7 **Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:**
 - 10.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - 10.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 10.8 Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratado;
- 10.9 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- 10.10 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 10.11 Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Cumprir os prazos e acordos previstos neste termo de referência e com o acordado com o Conselho;
- 11.2 Prestar os serviços com pessoal especializado e experiente, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços previstos neste termo de referência;
- 11.3 Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, os serviços, objeto deste Termo de Referência, sem prévia anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas em Edital e seus anexos;
- 11.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- 11.5 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- 11.6 **Disponibilizar profissional (advogado) com comprovada qualificação técnica, conhecimento e domínio da matéria, objeto deste termo;**
- 11.7 Atender todas as necessidades jurídicas e de assessoramento do CRESS/AC, incluindo pareceres, elaboração das proposições legislativas, acompanhamento do procedimento legislativo, emendas à Lei Orgânica e outros atos atinentes à função jurídica;

11.8 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

11.9 Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do objeto contratado, responsabilizando-se por eventual paralisação dos serviços por parte de sua equipe técnica, sendo de sua responsabilidade a continuidade dos serviços sem quaisquer ônus à CONTRATANTE;

11.10 Conduzir seus trabalhos de maneira a não interferir, provocar atrasos ou qualquer limitação nos trabalhos da CONTRATANTE;

11.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, através de sua Presidência e Equipe Administrativa;

11.12 Disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional do direito, advogado, no mínimo 02 (duas) vezes por mês, in loco, no horário de expediente mencionado no preâmbulo do edital, e quando necessário e solicitado, a presença nas Reuniões Ordinárias realizadas, sem prejuízo da Assessoria Jurídica diária, por meio virtual ou através de documentos físicos levados ao seu escritório;

11.13 Assessorar a Comissão Permanente de Licitação em assuntos referentes à área de Licitações e Contratos Administrativos, em pareceres de processos licitatórios, cujo prazo será de devolução será de até 7(sete) dias da data do recebimento;

11.14 O prazo para os demais processos, será acordado entre as partes conforme complexidades dos mesmos;

11.15 Participar da execução de cobrança e protesto da dívida ativa do conselho;

11.16 Outras atribuições não especificadas, que podem ser solicitadas, e que fazem parte da área jurídica, e que sejam compatíveis com o objeto deste termo.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados;

12.2 Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99;

12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade;

12.4 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CRESS/AC, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente;

12.5 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por intermédio de ofício apresentado mediante contra recibo;

12.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, aplicadas podendo ser isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Referência.

14 DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A gestão e o acompanhamento administrativo da execução contratual caberão diretamente à Contratante, por meio da Presidência do Conselho Regional de Serviço Social especificamente por servidor designado, a quem compete verificar se a Contratada está obedecendo aos termos do Contrato e os demais documentos que o integram, ficando a ***fiscalização e acompanhamento técnico dos serviços***;

14.2 O fiscal do contrato não terá nenhum poder de mando, gerência ou controle sobre os empregados designados pela Contratada para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência e seus Encartes, cabendo-lhe, no acompanhamento e na fiscalização do Contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à empresa, por meio do seu representante e/ou preposto, as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior;

14.3 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos;

14.4 A fiscalização e o acompanhamento contratual consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, objetivando assegurar o perfeito cumprimento do Contrato;

14.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.7 Ao fiscal do Contrato caberá solicitar e atestar os serviços e realizar avaliações

14.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

15 DA RESCISÃO

15.1 O contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas seguintes hipóteses:

a. Inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste Termo de Referência;

- b. Nas hipóteses previstas no art. 78, incisos IX, X, XI, XII e XVIII, da Lei 8.666/93;
c. Também ensejará a rescisão contratual, a ocorrência das hipóteses dos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

15.2 Na ocorrência de rescisão contratual ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80, da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação;

15.3 Deverá a CONTRATADA, manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a rescisão do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei nº 8.666/93);

15.4 Verificada a irregular situação fiscal da contratada, incluindo a seguridade social, é vedada a retenção de pagamento por serviço já executado, ou fornecimento já entregue, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração.

16. DO REAJUSTE

16.1 Os preços poderão ser reajustados anualmente, com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais serviços;

16.2 O pedido de reajuste deve ser solicitado previamente pela CONTRATADA, antes do término do contrato inicial, devendo observar o aniversário da proposta final da empresa vencedora/contratada;

16.3 O reajuste deverá ocorrer através de apostilamento ou termo aditivo, em conformidade com o art. 65 § 8º da Lei 8.666/93.

17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. No certame, a Licitante deverá apresentar juntamente com os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, os documentos abaixo relacionados, para fins de “Qualificação Técnica”:

17.1.1 Comprovante do Registro do Licitante na OAB – Ordem dos Advogados Brasileiros, que o habilite para o exercício da Advocacia;

17.1.2 Prova de inscrição na OAB do advogado/profissional que prestará os serviços, objeto do Edital e seus anexos;

17.1.3 Apresentar um ou mais, **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que presta ou prestou serviços de consultoria e assessoria jurídica, nas quais elaborou pareceres, procedeu ao assessoramento jurídico, incluindo a Comissão Permanente de Licitação, procedeu assessoramento em processos administrativos, bem como promoveu o patrocínio de processos judiciais e administrativos, serviços esses similares aos serviços exigidos neste termo de referência. O atestado deverá constar nome completo da pessoa jurídica emitente, CNPJ, endereço, telefone, função e nome da pessoa que subscreveu o documento e sua data da emissão;

17.1.5 Declaração da licitante, caso a mesma não seja sediada no município de Rio Branco-AC, de que o profissional /Advogado que prestará os serviços, **é ou será na assinatura do contrato, residente e sediado na cidade de Rio Branco-Acre.** Justifica-se essa exigência, tendo em vista a necessidade da presença eventual do Advogado para acompanhamento e orientações em algumas reuniões plenárias a serem realizadas pelo CRESS/ACRE, bem como a otimização e celeridade nos processos.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da Contratada;

182. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

186.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Rio Branco, 01 de dezembro de 2022.

Elaborado por:

Ana Sara do Carmo de Sousa
Presidente da CPL- Portaria nº 008/2022

Aprovado por:

Darnyclay Leite da Costa
Conselheiro Presidente - CRESS/AC